




## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

### CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE "FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CANDEEIROS DE ILUMINAÇÃO EXTERIOR NA ENVOLVENTE AO POSTO TERRITORIAL DA GNR DE ARCOS DE VALDEVEZ" ADJUDICADO À EMPRESA ELECTRO DE AGRELOS - MONTAGENS ELÉCTRICAS, LDA -----


(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 16 de Março de 2015, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), actualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de 12 de Janeiro de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

**João Cerqueira Pereira**, casado, natural da freguesia de Oleiros, residente no lugar de Paço, freguesia de Paço Vedro de Magalhães, ambas do concelho de Ponte da Barca, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, com poderes para este acto, em representação da sociedade por quotas, que usa a firma "**ELECTRO DE AGRELOS - MONTAGENS ELÉCTRICAS, LDA.**", com sede na Avenida da Liberdade, Agrelos, Ponte da Barca, com o número de pessoa colectiva **509385877**, registada na Conservatória do Registo Comercial de Ponte da Barca, sob o mesmo número, com o capital social de € 5.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o presente contrato que se regula pelas seguintes Cláusulas: -----



**Primeira:** O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por deliberação da Câmara Municipal de **12 de Janeiro de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, o **“FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CANDEEIROS DE ILUMINAÇÃO EXTERIOR NA ENVOLVENTE AO POSTO TERRITORIAL DA GNR DE ARCOS DE VALDEVEZ”**. -----



Pela referida Deliberação a Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

**Segunda:** O preço contratual é de € 17.637,10 (dezassete mil seiscentos e trinta e sete euros e dez cêntimos), mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

**Terceira:** O prazo do fornecimento adjudicado é de **30 dias**, contados da data da outorga do presente contrato. -----

**Quarta:** O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----


**Quinta:** O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

Classificação orgânica – Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções Diversas; e **Alínea 04** – Iluminação Pública. -----

Classificação Funcional – **32201**. -----

**Sexta:** O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 145º nº 1, da Lei nº 82-





(P)

B/2014, de 31 de Dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

**Sétima:** Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

**Oitava:** 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

**Nona:** É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

**Décima:** O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

**Décima Primeira:** Que se obriga a realizar o fornecimento objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Ag

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **06-02-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Ponte da Barca, em **02-02-2015**, comprovativa de que a empresa tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente subscrita em 13-03-2015 e válida até **13-03-2016**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este acto; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, João Carlos da Silva Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

João Carlos da Silva  
João Carlos da Silva  
João Carlos da Silva

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **36/029/2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **3/2015**